



# PARALISAÇÃO 28/11: unificar os explorados sob o método e a política proletária de enfrentamento aos governos e aos capitalistas

***É preciso unificar população, trabalhadores e a classe operária contra o conjunto de ataques!***

## Ataques vindos de todos os lados

A queda na energia por vários dias, que afetou mais de 2 milhões de moradores em São Paulo, em 03 de novembro, foi só um dos exemplos das consequências da privatização dos serviços públicos. Ao longo do mês, mais quedas e mais falta de luz nas casas. Seja por causa das fortes chuvas ou das ondas de calor, a empresa, a ENEL, se desresponsabilizou diante da situação. O governo do estado mais rico do país apenas lamentou os prejuízos e manteve seu discurso privatista, confirmando que ainda pretende privatizar 100% da SABESP e das linhas do Metrô e da CPTM, que cobrem Capital e Grande São Paulo. Seu objetivo é vender as empresas públicas para o benefício de setores capitalistas. Saquear, portanto, o patrimônio do conjunto da população assalariada. A revolta nos bairros foi visível nos jornais de toda a mídia.

Ao mesmo tempo que busca aumentar a privatização, que

atingirá todos os moradores do estado, o governo também quer diminuir os recursos para a educação estadual: de 30% para 25% (o mínimo constitucional). Esse ataque contra a educação pública estadual é parte do conjunto de ataques que pretende realizar contra os serviços públicos em geral, e contra o funcionalismo paulista. Na ALESP, A PEC tramita desde março deste ano. Sindicatos e movimento de professores estaduais têm mostrado sua oposição contra a medida, que sucateará ainda mais as escolas, mantendo a superexploração do trabalho no magistério.

O proletariado paulista também sofreu ataques no último período. A partir do dia 21 de outubro, a GM enviou telegramas demitindo 1.200 operários, de três de suas fábricas no estado (SJC, Mogi das Cruzes e São Caetano). Como em outros setores da indústria, a demissão de um setor das montadoras significa a demissão em vários outros ramos que a ele estão ligados. No caso do fechamento

da Ford, em 2021, cerca de 100 mil empregos diretos e indiretos foram destruídos. O ataque na GM teve como resposta imediata a greve operária.

**A resposta imediata,  
a respostas das  
burocracias sindicais  
e a resposta proletária  
para combater  
os ataques**

Os três problemas acima apresentados têm sido vividos na pele pela maioria explorada e oprimida do estado de São Paulo. Diante dos ataques, a população, os assalariados e o funcionalismo, bem como a classe operária metalúrgica, utiliza os métodos que têm à mão imediatamente: sai às ruas, denuncia os prejuízos econômicos e sociais, paralisa as atividades do trabalho, e chega mesmo à greve. Estas são respostas instintivas e massivas que, mesmo a grande mídia não pode ocultar. São buscados “culpados” ocasionais para cada problema apresentado, sem se tocar na

questão fundamental: como os capitalistas dirigem a política e a economia do estado e do país, e atuam sempre em benefício próprio, seja ao sucatear serviços (no caso da energia, pela empresa privatizada ENEL), seja ao propor a privatização de novos serviços (transporte e saneamento, mesmo que estes sejam muito lucrativos para o estado), ou ao impor redução de verbas para os direitos e serviços sociais (redução do orçamento para a educação estadual).

O governo Tarcísio de Freitas não atua assim porque é “fascista” ou de “ultradireita”, ainda que possa ter traços mais autoritários que outros governos. Ele age assim porque assim impõem os capitalistas, do país e do grande capital internacional. E isso tem ocorrido em todo o Brasil, seja com governos de “esquerda” ou de “direita”.

As burocracias que dirigem os sindicatos e os movimentos sociais não se apoiam na revolta instintiva da população, dos assalariados ou da classe operária. Em vez de se apoarem nos atos de rua, nas paralisações regulares do trabalho e na organização de um greve geral no estado de SP para barrar as investidas do governo e das empresas capitalistas (seja de uma ENEL ou de uma GM), desviam esse impulso de luta para a “pressão parlamentar” (como se os deputados da ALESP fossem mais “sensíveis” às demandas populares que o Executivo), e para negociar com o governo e os patrões a traição das reivindicações.

Quanto às privatizações, mantém-se a campanha do “plebiscito”, de consulta à população. Algo que até o governo cogita realizar. Nesse momento,

de indignação dos assalariados, era fundamental erguer a luta nas ruas para barrar a política privatista. O “plebiscito” distrai e engana, ao prometer o que não pode realizar: suspender essa política dos capitalistas e do governo estadual.

Em relação à PEC que pretende tirar recursos da educação, o maior sindicato da categoria, a APEOESP, tem chamado a pressionar os deputados, realizando,

**Vemos que os problemas são gerais e permitiriam uma unificação de todos os setores em luta, atacados imediatamente. A ação geral dos assalariados poderia permitir grandes mobilizações de ruas nas principais cidades e uma greve geral, de assalariados, do funcionalismo e da classe operária. Esses métodos e ação unificada é o que realmente pode colocar o governo Tarcísio de Freitas e os capitalistas contra a parede!**

inclusive, pequeníssimos atos na frente da ALESP. O sindicato, que tem uma base de mais duzentos mil trabalhadores, que tem uma infraestrutura gigantesca e já realizou as maiores mobilizações do estado nas últimas duas décadas, quer apenas “negociar” com o governo, e não enterrar essa política que ataca os serviços públicos e o funcionalismo. Impedir que se diminuam as verbas para educação, que se efetivem imediatamente os professores contratados, que se reconquistem os direitos já retirados com

a reforma administrativa de Dória, depende de paralisação das aulas, de luta nas grandes avenidas, de greve do setor.

As demissões na GM não serão resolvidas sem a greve operária, sem a ocupação das fábricas, sem a luta nas ruas. As direções sindicais apenas conseguiram que se discuta o PDV, que vai levar apenas ao adiamento da greve imediata pela greve daqui a poucos meses. Traíram os operários que já haviam saído em greve, e se recolheram com a “readmissão”, proposta pelo Tribunal do Trabalho, e subordinada às negociações de demissões voluntárias.

Vemos que os problemas são gerais e permitiriam uma unificação de todos os setores em luta, atacados imediatamente. A ação geral dos assalariados poderia permitir grandes mobilizações de ruas nas principais cidades e uma greve geral, de assalariados, do funcionalismo e da classe operária. Esses métodos e ação unificada é o que realmente pode colocar o governo Tarcísio de Freitas e os capitalistas contra a parede!

**Este ato do dia 28 poderia ser um ponto de partida para a unidade na luta. Mas as direções pretendem usá-lo como uma válvula de escape para a insatisfação geral das bases, limitando a luta a um único protesto. É preciso exigir as assembleias gerais de base, livres e democráticas, em todos os setores afetados, para organizar a luta unitária a partir das reivindicações, contra o governo e os capitalistas, nas ruas, com greves, bloqueios e ocupações, até o atendimento das reivindicações!**